



Michéle Barreto Justus
(Organizadora)

Formação de Professores e a Condição do Trabalho Docente 2

Michéle Barreto Justus
(Organizadora)

Formação de Professores e a Condição do Trabalho Docente 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F723	Formação de professores e a condição do trabalho docente 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Michéle Barreto Justus. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Formação de Professores e a Condição do Trabalho Docente; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-441-2 DOI 10.22533/at.ed.412190507 1. Educação. 2. Professores – Formação. 3. Prática de ensino. I. Justus, Michéle Barreto. II. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Abordar o tema “formação de professores e a condição do trabalho docente”, especialmente nos tempos hodiernos, é uma tarefa complexa e delicada. Complexa porque envolve elementos de natureza múltipla, que se fundamentam e se desenvolvem a partir de aspectos legais, sociais, humanos, econômicos, estruturais; e delicada, porque necessita de uma visão crítica sobre a realidade, a fim de buscar olhares e ações sobre os elementos que agregam e se inter-relacionam no campo educacional.

Assim, no intuito de facilitar a compreensão do leitor sobre assuntos tão plurais e possibilitar uma leitura mais prática e agregadora, este livro traz 53 artigos organizados em dois volumes, levando em conta a proximidade dos temas apresentados.

No volume 1, os temas discutidos giram em torno de assuntos relacionados à formação de professores, especialmente no que diz respeito às experiências *da* e *na* formação inicial e continuada, além da gestão democrática.

No volume 2, os autores apresentam seu trabalhos sobre assuntos pertinentes às relações estabelecidas entre educação, formação docente e uso das tecnologias, trazendo contribuições valiosas para a leitura de temas acerca do trabalho docente.

Abordam as transformações ocorridas nesse campo discorrendo sobre a precarização do trabalho, o adoecimento dos professores e a desconsideração dos saberes docentes até chegar à falta de autonomia destes profissionais; apresentam também diferentes metodologias de ensino e recursos didáticos que podem se transformar em estratégias úteis para a melhoria do desempenho discente, assim como trazem à tona estudos sobre a inclusão e o trabalho docente.

Por fim, esta obra caracteriza-se como um rico instrumento para a leitura de profissionais da área da educação ou pessoas que tenham alguma relação com o trabalho docente, pois propicia importantes reflexões acerca do multifacetado cenário educacional.

Michéle Barreto Justus

SUMÁRIO

TRABALHO DOCENTE

CAPÍTULO 1	1
A INTERATIVIDADE E A SOBRECARGA DE TRABALHO DOCENTE NO ENSINO MÉDIO: REFLEXÕES SOBRE A ATIVIDADE DE PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO	
Marcella da Silva Estevez Pacheco Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.4121905071	
CAPÍTULO 2	14
A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: UMA BREVE ANÁLISE DO “ESCOLA SEM PARTIDO”	
Joceli de Fatima Arruda Sousa Thais Fernanda dos Santos dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4121905072	
CAPÍTULO 3	26
ADOCIMENTO DE PROFESSORES/AS: O PROCESSO E O CONTEXTO PÓS-READAPTAÇÃO FUNCIONAL	
Cristino Cesário Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.4121905073	
CAPÍTULO 4	39
HISTÓRIAS DE VIDA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA: OFÍCIO DOCENTE E CONSTITUIÇÃO DE SABERES PROFISSIONAIS	
Marta Campos de Quadros Yoshie Ussami Ferrari Leite	
DOI 10.22533/at.ed.4121905074	
CAPÍTULO 5	48
INTERPRETANDO O TRABALHO DOCENTE: ABORDAGENS POSSÍVEIS A PARTIR DOS ESTUDOS DE NORBERT ELIAS	
Mirna Ribeiro Lima da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4121905075	
CAPÍTULO 6	59
O PROFESSOR DE CIÊNCIAS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: INVESTIGAÇÃO DE ALGUMAS DIFICULDADES RELATIVAS A ESSE CICLO DE ESTUDO	
Sergio Bitencourt Araújo Barros João de Deus Dias de Sousa Filho Francisco de Assis Araújo Barros	
DOI 10.22533/at.ed.4121905076	
CAPÍTULO 7	70
PERSPECTIVAS SOBRE O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA PENITENCIÁRIA FEMININA DO DISTRITO FEDERAL	
Erlando da Silva Resês Walace Roza Pinel	
DOI 10.22533/at.ed.4121905077	

CAPÍTULO 8 83

PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES TEMPORÁRIOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE IPIAÚ – BA

Nauseli de Souza Almeida
Talamira Taita Rodrigues Brito

DOI 10.22533/at.ed.4121905078

CAPÍTULO 9 95

REFLEXÕES SOBRE A GEOGRAFIA E O ADOECIMENTO DOCENTE

Anna Paulla Artero Vilela

DOI 10.22533/at.ed.4121905079

CAPÍTULO 10 105

REFORMA CURRICULAR E CONFLITIVIDADE DOCENTE: A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO SÃO PAULO FAZ ESCOLA NA REDE OFICIAL DE ENSINO DE SÃO PAULO

Thiago Figueira Boim

DOI 10.22533/at.ed.41219050710

CAPÍTULO 11 121

SICREDI E O PROGRAMA A UNIÃO FAZ A VIDA: A INFLUÊNCIA DA LÓGICA PRIVADA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Leila Duarte Reis
Daniela Oliveira Lopes
Vanessa Silva da Silva
Susana Schneid Scherer
Maria de Fátima Cóssio

DOI 10.22533/at.ed.41219050711

CAPÍTULO 12 136

TRABALHO DOCENTE, POLÍTICAS GERENCIALISTAS E CURRÍCULO: POR UMA EDUCAÇÃO MAIS HUMANA

Cristiane Bartz de Ávila
Ângela Mara Bento Ribeiro
Maria de Fátima Bento Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.41219050712

METODOLOGIAS DE ENSINO E RECURSOS DIDÁTICOS: ESTRATÉGIAS PARA A MELHORIA DO DESEMPENHO DISCENTE

CAPÍTULO 13 148

DISPOSITIVOS ELABORADOS PARA LECIONAR ELETROQUÍMICA EM ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO

Marcelo Monteiro Marques
Gabriel Carvalho de Lima

DOI 10.22533/at.ed.41219050713

CAPÍTULO 14 162

ESTUDO DE CASO: UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS EM PRÁTICAS DE LABORATÓRIO

Ricardo Luiz Perez Teixeira
Cynthia Helena Soares Bouças Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.41219050714

CAPÍTULO 15 170

GINCANA DO pH: ATIVIDADE MOTIVADORA PARA UM SÁBADO LETIVO NO IFPB - CATOLÉ DO ROCHA

Tainá Souza Silva
Raquel Ferreira Dantas
Misael Warly Maia Pereira
Alexsandro Trindade Sales da Silva
João Jarllys Nóbrega de Souza

DOI 10.22533/at.ed.41219050715

CAPÍTULO 16 176

MERCADO DE ENERGIA – UMA ESTRATÉGIA LÚDICA PARA INTRODUIR O METABOLISMO COM ENFOQUE NA ADENOSINA TRIFOSFATO (ATP)

Flávia Carvalho Aguiar
Ingrid Araújo Palhano
Eloíse Batista Toletino de Melo
Luana Lorryne de Faria Martins
Ana Carolina Goulart
Andreia Laura Prates Rodrigues
Leda Quércia Vieira

DOI 10.22533/at.ed.41219050716

CAPÍTULO 17 183

NUMEROX CINÉTICO COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NO ENSINO DE CINÉTICA QUÍMICA EM UMA TURMA DE GRADUAÇÃO EM QUÍMICA

Francisco de Assis Araújo Barros
Patrícia Ribeiro Leal
Sergio Bitencourt Araújo Barros
Janaine Marques Leal Barros

DOI 10.22533/at.ed.41219050717

CAPÍTULO 18 194

O LÚDICO COMO ATIVIDADE AVALIATIVA NO ENSINO DE QUÍMICA: ESTUDO DE CASO NUMA TURMA DE PROEJA DO IFPI

Francisco de Assis Araújo Barros
Lívia Maria de Moura Pimentel
Sergio Bitencourt Araújo Barros

DOI 10.22533/at.ed.41219050718

CAPÍTULO 19 201

POTENCIALIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM SOBRE SÍNTESE DE PROTEÍNAS, UTILIZANDO MÚSICA COMO ESTRATÉGIA COMPLEMENTAR

Fabiana América Silva Dantas de Souza
Vaniele Maritissa da Silva
Josilene Maria Silva do Nascimento
Wanessa Mayara da Silva

DOI 10.22533/at.ed.41219050719

CAPÍTULO 20	210
SIMULADORES PARA SMARTPHONES: UMA PROPOSTA PARA O ENSINO DO ELETROMAGNETISMO E CIRCUITOS ELÉTRICOS	
Marcos Antônio Vieira da Silva Antônio Edenilton Leite da Silva Jailson da Silva Soares Isaiane Rocha Bezerra Haroldo Reis Alves de Macêdo	
DOI 10.22533/at.ed.41219050720	
CAPÍTULO 21	218
TRABALHANDO CIÊNCIAS COM TURMAS MULTISSERIADAS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA COM OFICINAS PEDAGÓGICAS	
Yara Maria Amorim dos Santos Carla Caroline Santana da Silva Mateus Henrique Alves Marinho	
DOI 10.22533/at.ed.41219050721	
CAPÍTULO 22	223
UMA WEBQUEST PARA FACILITAR O ENSINO DE ISOMERIA ÓPTICA	
Lúcia Fernanda Cavalcanti da Costa Leite Alanis Luckwu da Silva Robson Cavalcanti Lins	
DOI 10.22533/at.ed.41219050722	
CAPÍTULO 23	230
VÍDEOS MICROBIOLÓGICOS: APRENDENDO E ENSINANDO	
Agnes Kiesling Casali Patricia Costa Lima da Silva Luísa Lemos dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.41219050723	
CAPÍTULO 24	236
WEBQUEST COMO FERRAMENTA NO ENSINO DE LIGAÇÕES QUÍMICAS	
Lúcia Fernanda Cavalcanti da Costa Leite Marcílio Gonçalves da Silva Robson Cavalcanti Lins	
DOI 10.22533/at.ed.41219050724	
CAPÍTULO 25	242
MUSEU COMO ESPAÇO DE RESSIGNIFICAÇÃO CULTURAL E RELIGIOSA NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO INFORMAL	
Germana Ponce de Leon Ramírez	
DOI 10.22533/at.ed.41219050725	

INCLUSÃO E TRABALHO DOCENTE POSSIBILIDADES DE RECURSOS E METODOLOGIAS PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

CAPÍTULO 26 249

A EFICIÊNCIA NO USO DO MODELO TRIDIMENSIONAL DA CÉLULA ANIMAL NO ENSINO DE BIOLOGIA CELULAR PARA DEFICIENTES VISUAIS

João Pedro Cardoso de Macedo
Ana Victória Carneiro de Araújo
Wyadyson Francisco de Sousa Maciel
Jeane de Oliveira Moura

DOI 10.22533/at.ed.41219050726

CAPÍTULO 27 259

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO DE QUÍMICA: MATERIAIS DIDÁTICOS CRIATIVOS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Sérgio Marivaldo dos Santos
Quélia de Souza Sabino
Aldair Lucas Lopes da Silva
Hércules Santiago Silva

DOI 10.22533/at.ed.41219050727

CAPÍTULO 28 263

UMA ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA PARA ATUAR COM ALUNOS SURDOS

Angela Maria de Sousa e Silva
Jeanne Denise Bezerra de Barros
Sabrina Nogueira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.41219050728

CAPÍTULO 29 275

USO DE TABULEIRO NO ENSINO DE CIÊNCIAS PARA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS

Joaquina Maria Portela Cunha Melo
Gabrielle Cristina de Melo Oliveira
Marcela Oliveira de Sousa
Bruna Moura Cardoso Sousa

DOI 10.22533/at.ed.41219050729

SOBRE A ORGANIZADORA..... 279

REFORMA CURRICULAR E CONFLITIVIDADE DOCENTE: A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO SÃO PAULO FAZ ESCOLA NA REDE OFICIAL DE ENSINO DE SÃO PAULO

Thiago Figueira Boim

Bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.

Doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

RESUMO: Com o objetivo de sistematizar o que deve ser ensinado e como ser ensinado, o governo paulista criou o seu próprio sistema de ensino. Pela resolução número 92 da Secretaria da Educação, em 19 de Dezembro de 2007, estabeleceram-se diretrizes para a organização curricular do Ensino Fundamental e Médio nas escolas Estaduais de São Paulo. A Proposta curricular do governo fundamentou-se em um currículo uniforme e com materiais didáticos próprios – caderno do aluno e caderno do professor – elaborados para todos os níveis de ensino. Em meio a mudanças operadas no seio da escola pública, o presente texto centra-se na implantação do projeto pedagógico São Paulo faz escola - responsável pela execução da Reforma Educacional - que visava essencialmente o cumprimento das metas de qualidade de ensino lançadas pela gestão do Governador José Serra (2007-2010). Com base nas ações e práticas do sindicalismo docente da categoria, foram analisados neste estudo,

inicialmente de mestrado em Educação, os impactos das mudanças trazidas pela reforma curricular paulista ao trabalho docente na maior rede de ensino pública do país. Para isso, Apple (1997), Contreras (2002) e Enguita (1991) foram utilizados como a principal referência teórico-metodológica na compreensão da luta social no campo das políticas educacionais. Destarte o modo como o conflito educacional concernente ao currículo escolar acentuou na rede oficial de ensino de São Paulo a tensão entre as diferentes agremiações e associações sindicais e o próprio governo tucano na disputa por espaço no sistema educativo público.

PALAVRAS-CHAVE: *chave: Reforma Educacional, Sindicalismo Docente, conflitividade Educacional.*

1 | INTRODUÇÃO

No dia 20 de Agosto de 2007 foi publicado oficialmente pelo governador do estado de São Paulo, José Serra, o plano de sua gestão para a melhoria na qualidade de ensino com dez ações para atingir dez metas até 2010. Segundo o próprio governador José Serra, “são pontos heterogêneos, mas que, no seu conjunto, configuram um plano de ação bastante coerente”, e que “foram estabelecidos a partir de uma avaliação objetiva, baseando-se nas

fragilidades do sistema educacional”. O termo mais utilizado pelo governador durante o discurso oficial de lançamento das metas foi “qualidade de ensino”. Para Serra “o grande problema hoje se chama qualidade. Ainda o padrão de qualidade vigente não dá para representar nenhum elemento de orgulho para todos nós aqui de São Paulo - e evidentemente nem para os demais estados brasileiros”.

Como parte das ações para melhorar a qualidade do ensino na rede pública paulista, a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (SEE-SP) publicou em 19 de Dezembro de 2007, a resolução número 92, que estabeleceu as diretrizes para a organização curricular do ensino fundamental e médio nas escolas estaduais. As mudanças previstas na referida resolução para o currículo da rede de ensino paulista entraram em vigor já no início do ano letivo de 2008, por meio do projeto intitulado São Paulo faz escola. A reunião entre os professores, no início das atividades escolares, em suas respectivas escolas, com a direção e a coordenação representou, para a grande maioria, o primeiro contato com as novas diretrizes curriculares. A pauta da primeira reunião docente em 2008 não foi como costumeiramente era: organização, discussão e planejamento de conteúdos e de projetos pedagógicos para o ano letivo. Ao invés disso, o professor foi intimado a comprometer-se com os novos prazos e com o planejamento escolar já elaborado pela SEE-SP para 2008. Os professores foram submetidos, no planejamento do ano letivo, a um curso de capacitação na própria escola. Vídeos-conferência e teleaulas com a secretária de educação do estado de São Paulo, Maria Helena Guimarães Castro, e com a equipe pedagógica da SEE-SP foram realizadas junto aos professores da rede estadual. Nessa curta formação dada aos professores, destacou-se, principalmente, os deveres de cada um dos membros da equipe escolar com as metas estabelecidas pelo governo paulista.

O Projeto São Paulo faz Escola era o próprio processo de construção do novo currículo do Ensino Fundamental II (E.F II) e do Ensino Médio (E.M) do estado de São Paulo. Segundo o governador, o propósito da nova proposta curricular era atingir as metas de qualidade de ensino lançadas pela atual gestão do governo paulista:

“Nós estamos agora empenhados precisamente neste aspecto da qualidade. O que eu verifico é o seguinte: de toda a cadeia educacional, a parte mais inocente, a mais disposta, a que tem mais condição de melhorar o ensino são precisamente as crianças. Elas têm uma vontade enorme de aprender. Portanto, nós temos que ter claro que se o aprendizado é insuficiente, a responsabilidade é nossa, do sistema educacional como um todo, com todos os integrantes do sistema educacional. Eu digo isto, porque, muitas vezes, algumas teorias insistem, por exemplo, na questão do papel da pobreza, no papel da distância, da família que não favoreceria o aprendizado. Mas eu acho que essas são barreiras perfeitamente superáveis. A questão essencial reside mesmo no sistema de ensino” (SERRA, 2007).

Os professores, por sua vez, foram integrados compulsoriamente ao projeto curricular comprometendo-se a executar durante os primeiros 42 dias letivos do ano o programa obrigatório de reforço escolar da rede de ensino, amparado somente em dois componentes, *Língua Portuguesa* e *Matemática*. O projeto de recuperação do novo currículo paulista é o marco inaugural do projeto *São Paulo faz escolas* nas unidades

de ensino públicas, todos os alunos foram incluídos em uma grande recuperação que durou todo o primeiro bimestre do ano letivo de 2008.

2 | A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO SÃO PAULO FAZ ESCOLA E O CONTROLE SOBRE O TRABALHO DOCENTE: CONFLITIVIDADE IRREMEDIÁVEL

Nas novas diretrizes curriculares, estava planejado um programa de recuperação aos milhares de alunos do maior sistema educacional público do país. A finalidade foi programar ações de desenvolvimento e consolidação de aprendizagens que favoreceriam um desempenho mais proveitoso a todos os alunos, da 5ª série do Fundamental a 3ª série do Ensino Médio. No período correspondente ao primeiro bimestre, 18/02 a 30/3 de 2008, o objetivo era firmar as habilidades instrumentais de leitura/produção de textos e matemáticas, vistas na recente proposta curricular como linguagens fundamentais. Segundo a própria secretária da Educação:

“2008 será, com certeza, um ano que fará a diferença. Preparamos diversos projetos para que você possa aprender sempre mais. Nestes primeiros 42 dias de aula, até o fim de março, daremos o pontapé inicial para um importante projeto. Será um período essencial para sua formação escolar e que certamente fará diferença ao longo do ano” (*Jornal do Aluno*, Maria Helena Guimarães, 2008, p.1).

Os professores foram obrigados a adiar o início do trabalho com o conteúdo de suas respectivas disciplinas para voltar seus esforços ao cumprimento da meta unilateralmente estabelecida pelo governo paulista - intensificar, recuperar e melhorar a qualidade de ensino oferecida em São Paulo. As disciplinas foram divididas em dois blocos distintos: de um lado as disciplinas de Línguas Portuguesa e Inglesa, História, Educação Física e Artes formaram o grupo do “aprendizado da Língua” e, de outro, Matemática, Ciências e Geografia compuseram o grupo dirigido ao ensino dos conceitos da Matemática. Por 42 dias letivos nas escolas públicas de São Paulo os alunos tiveram aulas de recuperação de Língua e conceitos Matemáticos em diferentes campos disciplinares.

Os sindicatos posicionaram-se contra o projeto de implementação das mudanças curriculares, alegando que a proposta curricular chegou pronta e acabada nas escolas, e ao professor restou apenas a execução do “projeto de melhoria” da educação pública paulista.

“Com o objetivo de demonstrar índices satisfatórios nas avaliações externas, em detrimento de uma real garantia de qualidade no processo de ensino-aprendizagem, a Secretaria da Educação impôs um reforço de Português e Matemática. Esta absurda proposta reforça o desrespeito pela categoria e pelos alunos, já que desconsidera a importância do aprofundamento de conhecimento dos demais conteúdos, necessários para a construção do saber. Esta ação reafirma a despreocupação desta administração com o real resgate da qualidade do ensino na rede pública. O objetivo é simplesmente preparar os alunos para a aplicação de avaliações, como o *Saresp*, na expectativa de retirar São Paulo dos vergonhosos patamares em que aparece nas mais diversas provas” (Mural da Educação, 2008).

Obviamente, o sindicato dos professores não representa universalmente a opinião dos docentes. Entretanto, a publicação acima demonstra de maneira explícita o momento de transição do ensino público paulista e as incertezas dos professores com relação ao ano letivo de 2008. O uso obrigatório do material didático elaborado especialmente para o projeto de recuperação dos alunos e o predomínio curricular das disciplinas *Língua Portuguesa e Matemática* provocaram tensões entre professores e a nova Proposta Curricular. No *blog* do *Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo* (APEOESP), professores comentam e manifestam suas opiniões sobre as mudanças previstas pela Proposta Curricular paulista. Num relato publicado em Maio de 2008, enfatiza-se o isolamento do professor diante das ações de mudanças para o ensino público:

“Determinar que os professores de todos os componentes curriculares trabalhem nos primeiros 42 dias letivos no ensino de Língua Portuguesa e Matemática é um profundo ataque à liberdade de cátedra, assegurada pela Constituição Federal. A liberdade de cátedra tem a finalidade de garantir o pluralismo de ideias e concepções no processo de ensino aprendizagem. Para esta secretária, bastam as ideias e concepções elaboradas nos gabinetes oficiais e impostas através de ‘jornais pedagógicos’ distribuídos a todas as escolas. Ela crê estar trabalhando com marionetes” (*Blog* da APEOESP, acesso em Maio de 2008).

A visão de alguns professores publicada em jornais, *sites*, *blogs* e etc., assim como os primeiros meses do ano letivo de 2008, mostram o impacto e a forma rápida e pouco discutida como a proposta curricular paulista chegou às escolas da rede pública. Foram desconsideradas as discussões que já existiam nas escolas, o trabalho e a voz dos professores em exercício, e até mesmo as entidades representativas dos professores do estado de São Paulo. Sem essa possibilidade, a autonomia deixa de ser uma condição de liberdade e pode até ser facilitadora da opressão. Sem liberdade de escolha, professores e escolas são simples executores de ordens e ficam despojados da responsabilidade do trabalho educativo (AZANHA, 1993).

Há muita controvérsia entre os professores sobre essa característica “democrática” do novo currículo paulista. Segundo as principais organizações de professores de São Paulo - o *Centro do Professorado Paulista* (CPP), APEOESP e o *Sindicato de Supervisores de Ensino do Magistério no Estado de São Paulo* (APASE) -, a ideia de debater o novo currículo surgiu após “os profissionais da educação entenderem ser a proposta curricular mais uma política implementada pelo governo estadual sem a necessária participação de todos os envolvidos”. Para as três entidades, essas avaliações “só têm a preocupação de projetar o estado no ranking das políticas educacionais brasileiras e mundiais” (Proposta Curricular da Secretaria de Educação – análise crítica, CPP, APEOESP, APASE).

Segundo um estudo divulgado pelas organizações sindicais, com base na análise de seis professores de universidades públicas estaduais, a nova proposta “está alinhada com as diretrizes sociais e econômicas do chamado capitalismo globalizado que, frente à atual crise mundial, demonstra não responder às necessidades da

sociedade”. Para esses autores, a SEE-SP reafirma as medidas indicadas pelo Banco Mundial que privilegiam as apostilas, recursos didáticos, audiovisuais e informáticos ao invés da formação acadêmica dos docentes. “A opção por privilegiar os insumos, as tecnologias, a formação inicial e continuada aligeirada, à distância, os guias elaborados por equipes especializadas, sugere a desqualificação e o esvaziamento da profissão docente”, diz o estudo “Proposta Curricular do estado de São Paulo: uma avaliação crítica” (Proposta curricular da Secretaria de Educação – análise crítica, CCP, APEOESP, APASE).

A tensão entre o sindicato dos professores e a SEE-SP ocupou lugar de destaque na imprensa paulista nos primeiros meses de vigência da nova proposta curricular de São Paulo. Em assembleia convocado pela APEOESP em frente ao Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, em 04 de Abril de 2008, um grupo de professores protestou contra o novo modelo de ensino adotado em São Paulo ateando fogo nos manuais de orientação do professor, denominados no projeto como *Revista do Professor*.



Figura 1 – Assembleia da APEOESP em 04 de abril de 2008

Crédito: Ernesto Rodrigues/Agência Estado, 04 de Abril de 2008, São Paulo, São Paulo.

A fotografia de Ernesto Rodrigues, da *Agência Estado*, foi utilizada pela imprensa paulista em várias reportagens e artigos de opinião para condenar a greve da categoria aprovada naquela tarde e que se alongou por 22 dias. As críticas da imprensa paulista encontram no colunista e blogueiro da Revista *Veja*, Reinaldo Azevedo, uma voz contumaz no ataque ao movimento de professores, publicando dezenas de artigos tratando a greve dos professores da rede oficial de ensino com formulações agressivas e impregnadas de vocábulo ameaçador e pejorativo. O destaque da análise noticiada a época dos acontecimentos forçava inevitavelmente a opinião pública a se apor ao movimento de professores. Nos artigos “*O PT contra São Paulo – partidários de Dilma queimam livros, depredam patrimônio público, atacam a polícia, investem no caos...*”

e “*Professores deprezam sede da Secretaria da Educação em São Paulo*” evidenciase, respectivamente, não só a oposição dos meios privados de comunicação à greve dos professores como também a tentativa dos colonistas de criminalizar a luta sindical.

Por outro lado, a resistência dos professores era negada pela SEE-SP, que afirmava por meio de notas à imprensa a boa aceitação dos docentes ao novo currículo da rede, chegando, inclusive, a divulgar no próprio *site* da Proposta Curricular (www.saopaulofazescola.sp.gov.br) as experiências bem sucedidas dos professores com o novo material didático. Resta saber, no entanto, como encontrar esses relatos de experiências de sucesso no *site* do Projeto *São Paulo faz Escola*, pois o acesso até a conclusão desta pesquisa estava restrita aos professores da rede cadastrados no sistema da *Rede do Saber*.

Para Maria Inês Fini, coordenadora do projeto de recuperação, o material didático elaborado dá espaço à interatividade de forma interdisciplinar, enfatizando em todas as disciplinas as habilidades e competências de ler, escrever e contar. Em formato de jornal, esse material didático reproduz a linguagem dos meios de comunicação brasileiros e com um projeto gráfico atrativo aproxima os alunos dos textos propostos (SEE-SP, 2008).

O material didático batizado de *Jornal do Aluno* reservou em suas 48 páginas um “caderno” para cada disciplina. Possui textos com diferentes linguagens, questões de interpretação e de entendimento, produção de texto e de imagens. Na primeira “manchete” (Figura 2) há a palavra da coordenadora, que mostra o momento desafiador da educação em São Paulo, destacando o protagonismo do material proposto:

Pontapé inicial

Caros alunos,

Iniciamos agora mais uma jornada: dois mil e oito anos, com certeza, um ano que fará a diferença. Preparamos diversos projetos para que você possa aprender sempre mais.

Nestes primeiros 42 dias de aula, até final de março, daremos o pontapé inicial para um importante projeto. Será um período essencial para a sua formação escolar, e que certamente fará diferença ao longo do ano.

Espero que você aproveite este material, elaborado especialmente para esse período, desfrutando-o e aproveitando-o o máximo possível.
 Um grande abraço.

Maria Helena Guimarães de Castro
 Secretária de Educação do Estado de São Paulo

E aí, galera?

Vamos nos preparar para a grande largada de 2008? A ordem é esquentar os motores da inteligência para conquistar uma colocação especial.

Este jornal foi preparado para acompanhar a maratona de todos os alunos e professores do Estado de São Paulo rumo à vitória, neste ano letivo. Ele traz notícias, curiosidades e sugestões de atividades bem bacanas para serem desenvolvidas com o apoio e a firmeza de nossos professores.

E o melhor desta grande corrida é que todos podem chegar em 1º lugar, pois cada um só vai disputar consigo mesmo, percorrendo o caminho que leva do conhecimento que já possui àquele necessário para alcançar ótimos resultados escolares.

Então, vamos nessa?

Maria Inês Fini
 Coordenadora – São Paulo faz Escola

Língua Portuguesa p. 3	Arte p. 19	Geografia p. 32
Ler e escrever Língua Portuguesa. Assim você aprende mais e ajuda seus colegas a aprender.	Arte não é só fazer! Com a leitura, podemos mergulhar fundo no universo da arte: cinema, fotografia, pintura, teatro...	Localização e movimentação no espaço No dia-a-dia, precisamos ler mapas e encontrar pontos de referência. A Geografia nos ensina como fazer isso.
História p. 28	Matemática p. 41	Ciências p. 35
Unindo o passado ao presente História: um elo entre o passado e o presente, para construir um futuro melhor.	Exercitando a matemática Atualização de conhecimentos e habilidades envolvendo números e operações.	Nutrição e saúde Nutrição: tudo a ver com saúde. Faça escolhas na hora de escolher o que vai comer!
Educação Física p. 23	Língua Estrangeira Moderna p. 13	ÍNDICE
Jogos, brincadeiras e danças Nosso corpo se move por meio de esportes, jogos, brincadeiras, danças... Vamos descobrir como?	Um bom companheiro Estudar uma língua estrangeira é gostoso e enriquecedor. Quer saber como?	Língua Portuguesa p. 3 LEM p. 13 Arte p. 19 Educação Física p. 23 História p. 28 Geografia p. 32 Ciências p. 35 Matemática p. 41
Esta edição tem 48 páginas – 1.200.000 exemplares		

Figura 2: Jornal do Aluno

Fonte: São Paulo faz Escola, Proposta Curricular de São Paulo, Edição Especial. Fevereiro de 2008, 5ª e 6ª séries.

“E aí, galera? Vamos nos preparar para a grande largada de 2008? A ordem é esquentar os motores da inteligência para conquistar uma colocação especial. Este jornal foi preparado para acompanhar a maratona de todos os alunos e professores do estado de São Paulo, rumo à vitória, neste ano letivo. Ele traz notícias, curiosidades e sugestões de atividades bem interessantes para serem desenvolvidas com o apoio e a firmeza de nossos professores. E o melhor desta grande corrida é que todos podem chegar em 1º lugar, pois cada um só vai disputar consigo mesmo, percorrendo o caminho que leva do conhecimento que já possui àquele necessário para alcançar ótimos resultados escolares. Então, vamos nessa?” (*Jornal do Aluno*, Maria Inês Fini, 2008, p.1).

Segundo informações do *Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária* (CENPEC), o material foi feito rapidamente, em apenas 45 dias: “A primeira reunião na Secretaria foi no início de novembro e tivemos um mês e meio para planejar, pensar o desenho, produzir o material, fazer a revisão e entregá-lo”. A equipe discutiu para quais disciplinas seria dado ênfase, em leitura e escrita ou matemática, além da alteração da grade horária escolar. “Se implementássemos muitas mudanças não haveria tempo hábil para implantá-las”. Foi produzida uma sequência de atividades para as 5ª e 6ª séries e outra para as 7ª e 8ª séries. Para isso contou-se com a parceria da Fundação Vanzolini na edição, diagramação e impressão dos cadernos. Na Imprensa Oficial do Estado foram impressos dois milhões de exemplares

do *Jornal do Aluno*. Para Anna Helena, presidente da ONG, “Chamamos de *Jornal do Aluno* porque ele tem o formato e as características de um jornal de verdade. O projeto gráfico está voltado para facilitar a aprendizagem”. As matérias Língua Portuguesa, História, Artes, Língua Estrangeira Moderna e Educação Física focaram habilidades de leitura e escrita. Já Geografia, Ciências e Matemática trabalharam o raciocínio matemático. “Será um trabalho conjunto e articulado entre todos os professores para um reforço nessas áreas. Em muitos casos, como em História, houve uma ação em dupla com o professor da disciplina e os professores de Português para melhorarem essa integração” (fonte: www.cenpec.org.br/modules/news, acesso em fevereiro de 2008).

Para a grande maioria dos docentes paulistas, o controle sobre o trabalho do professor intensificou-se com o material didático proposto pelo estado. Em sala de aula, o professor, sem muita alternativa, conciliava sua prática de ensino ao que fora definido como objetivo pelo projeto de recuperação.

“O material do professor tem formato de revista: cada uma contém de uma a quatro disciplinas. Logo no início, um quadro indica o número de aulas previstas e as habilidades a serem desenvolvidas. Há orientações explícitas de como preparar e aplicar a aula, com tempo estimado e modo de conduzir os estudantes nas tarefas” (*Estado de São Paulo*, 09 de Fevereiro 2008).

Para orientar o professor no uso das atividades propostas no *Jornal do Aluno*, foi criada a *Revista do Professor* (Figura 2) que detalha as possibilidades de aplicação e avaliação. Cada professor recebeu a revista específica de sua área, mas, ao mesmo tempo, previu-se um diálogo com as outras disciplinas no desenvolvimento de habilidades comuns das áreas. Além do material impresso, foram produzidos vídeos para dar suporte às ações propostas no *Jornal do Aluno* e na *Revista do Professor*, motivando os professores para estas atividades (CENPEC, 2008).

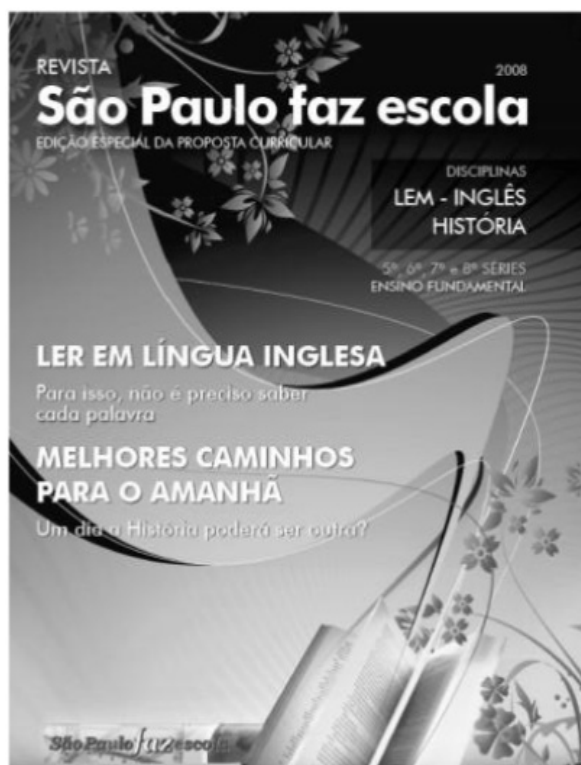


Figura 3: Revista do Professor

Fonte: São Paulo faz escola, Proposta Curricular. 2008. EF II - disciplinas de Inglês (Língua Estrangeira Moderna) e História.

O *Jornal do Aluno* e o material elaborado para o professor, *Revista do Professor*, representaram uma afronta à liberdade de conduzir com autonomia a própria aula. Nas escolas, a tensão era entre professores e o guia elaborado para orientar as atividades de recuperação, *Revista do Professor*, cujo formato direciona o professor em sala de aula no uso do novo material didático *Jornal do Aluno*. Nele, encontram-se os princípios, leis e teorias relativas às atividades que os alunos fizeram e às explicações dos motivos pelos quais as tarefas foram propostas. Simula situações de aula, de aprendizagem, e organiza o cronograma de trabalho do professor, isto é, propõe um número de aulas para cada atividade.

Antes do início das aulas cada escola designou um professor de Língua Portuguesa e outro de Matemática para fazer o papel de orientadores dos outros professores. Os docentes participaram de um curso de formação organizado pela SEE-SP em tempo real (teleconferência) com toda a rede de ensino (*Imprensa Oficial do Estado de São Paulo*, 04 de Janeiro de 2008). Um material complementar multimídia (ver figura 3) também foi elaborado para a formação dos professores nas escolas, pelos “multiplicadores” do projeto, os coordenadores pedagógicos e alguns professores escolhidos.



Figura 4: DVD São Paulo faz escola

Fonte: Material audiovisual de orientações aos professores da rede pública, 2008.

O material elaborado para cumprir a primeira etapa da Proposta curricular paulista, segundo informações disponíveis na SEE-SP (informação contestada pelas entidades sindicais e pelos próprios professores) contou com a participação de professores da rede de ensino e profissionais ligados ao CENPEC. No entanto, o aparato técnico para a viabilização do projeto de recuperação e implantação da Proposta Curricular distanciou o professor do próprio trabalho. O material didático chegou definido e pronto nas escolas estaduais durante o planejamento do ano letivo com um calendário de execução já estabelecido. Aos professores coube o dever de cumprir, independentemente de qualquer circunstância, o calendário sugerido, seguindo todas as orientações da *Revista do Professor* e do *Jornal do Aluno*.

Para a SEE-SP, apesar das tensões com os professores, inúmeras paralisações e as polêmicas em torno dos materiais didáticos assinados pelo governo paulista, em 2009 consolidou-se a nova Proposta Curricular. Segundo informações da Secretaria, o conceito de aprendizagem respeita as estruturas de pensamento de crianças, adolescentes e jovens de todo o estado (SEE-SP 2009). A participação de alunos na avaliação do SARESP foi recorde: ao todo, 77% de um total de 2,5 milhões de alunos da rede pública estadual realizaram o exame. Escolas municipais e particulares também participaram. Para 2010, o Currículo do estado de São Paulo, agora consolidado, continuará trabalhando com conceitos de aprendizagem que respeitam as estruturas de pensamento de crianças, adolescentes e jovens (SEE-SP, 2009).

A implantação do novo currículo representou uma grande mudança para o trabalho dos professores. O planejamento pedagógico deu lugar à discussão de como usar os materiais didáticos, tanto por parte dos alunos quanto por parte dos

professores, pois seu uso atrela ainda mais a responsabilidade do professor diante das novas propostas. Ele passa a ser submetido a uma lógica de trabalho industrial em que o profissional deve alcançar metas, resultados, e seu trabalho torna-se, cada vez mais, racionalizado.

3 | TRABALHO DOCENTE EM CRISE?

Perceber o papel político desempenhado pelo professor neste momento de mudança, por meio de sua prática docente em sala de aula, poderá revelar uma atuação importante nesse contexto de proletarização do exercício docente. A proletarização e a racionalização do trabalho, segundo Apple (1997), têm tido um grande e consistente efeito nas atividades com elevados níveis de autonomia. O processo de racionalização do trabalho envolveu o exercício do professor numa grande reestruturação de suas funções devido ao abuso dos procedimentos de controle técnico no currículo das escolas. O trabalho do ensino está a tornar-se idêntico a processos semelhantes aos que conduziram à proletarização de muitos outros trabalhos fabris e administrativos. Procedimentos, competências de ensino pré-determinadas, respostas dos alunos pré-determinadas e avaliação prévia e posterior, conduziram a uma perda do controle de trabalho e a uma separação entre concepção e execução.

Para Hamilton (2002), essa tendência de ensino é a pedra angular da sociedade da aprendizagem. Sua introdução, caso tenha êxito, marcará uma nova era na escolaridade.

“por marginalizar a didática, o advento da aprendizagem em linha também aponta para a morte do professor. Como resultado, este deixa de ser uma figura proeminente na equação econômica da sociedade da aprendizagem. (...) O currículo ‘à prova do professor’ (*professor-proof*) – meta dos primeiros educadores como Comênio (1592-1670) – está sendo substituído pelo currículo sem professor (*professor-free*). Nas palavras de um consultor do Banco Mundial, um currículo é um ‘planejamento para aprendizagem, não para ensino’” (HAMILTON, 2002, p. 190).

Hamilton discute a origem do termo currículo e o seu significado na recente aprendizagem eletrônica. Estabelece também as origens da íntima associação que existe entre método e disciplina, ao ponto de uma disciplina denotar tanto um corpo de conhecimentos quanto uma modalidade de coibição. Aponta que o currículo emergiu do refinamento dos conteúdos e dos métodos pedagógicos, trazendo consigo um maior controle externo, tanto do ensino quanto do aprendizado. A combinação dessas dimensões fornece os elementos centrais para uma compreensão de como o trabalho docente é controlado e de como a conduta do professorado começa a ser objeto de governo.

O controle do currículo sobre o que é ensinado no caso paulista é ainda mais expressivo por causa das constantes avaliações a que estão sujeitos professores e alunos. Os resultados dessas avaliações vinculam-se diretamente à política salarial. O exame mais importante no estado de São Paulo é o SARESP, que classifica as escolas

num *ranking* oficial do estado. A boa classificação da unidade escolar no exame, na própria voz do governador do estado, José Serra, dá direito a bônus em dinheiro aos professores.

“Precisamos avaliar a qualidade de ensino que está sendo oferecido e quanto os alunos estão aprendendo. O resultado será obtido antes das aulas do próximo ano e servirá para que o governo do estado de São Paulo promova melhorias na Educação. Além disso, com os resultados do SARESP, o governo vai fixar metas de aprendizado e vai pagar bônus em dinheiro aos professores, diretores e funcionários das escolas que cumprirem as metas de ensino. Naquelas escolas em que a meta for atingida, os professores e demais funcionários receberão até três salários a mais por ano” (SERRA, *Carta aos professores*, 2008).

A avaliação atua como uma pressão modeladora da prática curricular. Trata-se de uma avaliação realizada de acordo com as exigências de uma instituição e em condições concretas que não foram postas pelo avaliador e nem pelos avaliados. Para Gimeno (2000), o contexto no qual se realiza o ato de avaliação é tão importante quanto o próprio processo de recolhimento de informação, valorização e tomadas de decisões. O condicionamento chega até a decidir o tipo de avaliação que se pode realizar em cada contexto.

“A avaliação tem um alto poder de configurar realidades sociais e pedagógicas dentro da sala de aula e, nessa medida, deve ser objeto de atenção, mas, por sua vez, é produto de pressões institucionais e de um controle que se realiza tecnicamente através do modelo de tarefas dominantes.” (GIMENO, 2000, p.122).

A atuação dos professores nessa discussão de currículo avaliado, no qual se enquadra a proposta curricular paulista, deve ser destacada juntamente com os materiais didáticos. Ambos traduzem o currículo e apontam inumeráveis saberes e habilidades que são enfatizados e valorizados.

“No final das contas, o professor só pode ter notícias de indícios que são provocados pelo sistema de tarefas dominantes nas situações educativas institucionalizadas. As tarefas dependem, por sua vez, de tradições pedagógicas, proposições metodológicas, exigências curriculares, e etc, (sic) coerentes com os valores e ideias que configuram o sistema didático dentro das aulas e das escolas” (GIMENO, 2000, p. 123).

Para Gimeno, as possíveis atuações do professor diante do desenvolvimento de um currículo podem englobar desde o papel passivo, de mero executor, até o de um profissional crítico que utiliza o conhecimento para propor soluções próprias frente aos problemas educativos com os quais se depara. Essa compreensão de currículo, não mais restrita à prescrição, gera uma discussão mais ampla, considerando o professor como sujeito-referência na materialização do currículo. Percebeu-se, por exemplo, que no currículo cruzam-se práticas diversas que não estão prescritas em documento oficial e que o currículo não significa algo imutável e distante do professor; ao contrário, é moldado, realizado e avaliado por ele, agente ativo no processo de desenvolvimento curricular.

Expostos os limites da autonomia da profissionalização dos docentes, é preciso ressaltar que, em nosso sistema educativo, o progresso do aluno dentro do sistema

escolar fica totalmente nas mãos dos professores, ou seja, são os únicos depositários dos procedimentos formais de controle, o que lhes confere um enorme poder dentro da instituição.

Quando o professor analisa determinado conteúdo e toma decisões sobre como e por que ensiná-lo aos seus alunos, está agindo sob influências externas, bem como a partir de sua própria cultura, suas ponderações, sua experiência profissional (MACHADO, 2005). Gimeno procura compreender essas relações rejeitando tanto a perspectiva do professor autônomo como a do professor apenas como executor. Não é que tirem do professor competências que já tem, mas que, ao serem tecnicizadas, ao invés de reprofissionalizar o professor exige-se um novo técnico, de modo que a globalidade e coerência pedagógica podem ser ameaçadas. Como ocorreu em muitos outros campos, a progressiva complicação e a crescente tecnicização de uma tarefa implicam uma maior diferenciação ou divisão social do trabalho e uma perda no domínio do processo global por parte dos professores (GIMENO, 2000).

A tecnicização do sistema de ensino mostra-se nas propostas curriculares de São Paulo pela quantidade de instrumentos gerados ao corpo de profissionais da educação. Para garantir a implantação das propostas curriculares do projeto *São Paulo faz Escola* foi reunida uma variedade de programas e de atividades com finalidades específicas. Para o corpo de gestores, diretores e coordenadores pedagógicos foi criado o documento *Gestão do Currículo na Escola*. Esse documento não trata da gestão curricular em geral, mas tem a finalidade específica de apoiar o gestor para que seja um líder e animador da implementação dessa *Proposta Curricular* nas escolas públicas estaduais de São Paulo. O ponto mais importante desse segundo documento é garantir que o *Projeto Pedagógico*, que organiza o trabalho nas condições singulares de cada escola, seja um recurso efetivo e dinâmico para assegurar aos alunos a aprendizagem dos conteúdos e a constituição das competências previstas nesta *Proposta Curricular*. (Proposta Curricular do estado de São Paulo, 2008).

A Proposta Curricular se completa com um conjunto de documentos dirigidos especialmente aos professores e alunos. Inicialmente chamados de Revista do Professor e Jornal do Aluno, passam a ser chamados de Cadernos do Professor e Cadernos do Aluno, organizados por bimestre e por disciplina. Neles, são apresentadas situações de aprendizagem para orientar o trabalho do professor no ensino dos conteúdos disciplinares específicos. Esses conteúdos, habilidades e competências são organizados por série e acompanhados de orientações para a gestão da sala de aula, para a avaliação e a recuperação, bem como de sugestões de métodos e estratégias de trabalho nas aulas, experimentações, projetos coletivos, atividades extraclasse e estudos interdisciplinares. (Proposta Curricular do estado de São Paulo, 2008).

Os discursos e as propostas educacionais estabelecem controles cada vez mais rígidos sobre o processo de trabalho docente. Segundo Vieira (2002), mesmo que o professor seja convocado a participar das decisões sobre a educação, sua participação já está determinada: deve restringir-se ao estudo da cognição, dos métodos e das

didáticas que melhor ensinem as habilidades e as competências exigidas pela sociedade globalizada. O controle docente sobre o processo de trabalho fica seriamente afetado, restando uma dimensão pouco reflexiva do ato educativo. Para Gimeno, a avaliação é recurso modelador e sutil do controle.

“Acredito que uma certa intenção ou ideologia de controle impera em todo o sistema e leva a propor modelos mais completos de avaliação, abrangendo cada vez mais variáveis a serem consideradas nos procedimentos de avaliação. A mentalidade tecnocratizadora e de gestão que domina nos sistemas educativos e nas burocracias que os dirigem induz ao desejo de conhecimento e de controle para uma gestão mais eficaz.” (GIMENO, 2000, p. 127).

O trabalho do professor acontece dentro de “espaços profissionalmente organizados antes da existência de seus atores” e não se pode desconsiderar a existência de variadas limitações (GIMENO, 1996). Nas escolas o professor depara-se com alunos selecionados pela própria estrutura do sistema educativo, ordenados em níveis por critérios de competência intelectual, distribuídos nos espaços com um horário racionalizado, cada qual com a sua maneira de se relacionar com os colegas. Assim, cada professor deve trabalhar de acordo com exigências mais ou menos direcionadas, levando em conta a avaliação e a promoção dos alunos. Por outro lado, é inegável que há margens para “a expressão da individualidade profissional”. Acredita-se que qualquer esquema ou modelo de realizar a avaliação, ou qualquer proposta de mudança qualitativa das práticas escolares, como pode ser a avaliação formativa, a qualitativa, a contínua, etc., deve considerar as possibilidades de ser realmente implantado em termos de sua adequação às limitações objetivas e subjetivas dos professores em seu trabalho (GIMENO, 2000).

No entanto, apesar dessa ponderação de Gimeno, o momento reflete uma transição importante no processo educacional paulista, além de revelar uma tendência “apostilizante” dos materiais didáticos. O conceito está diretamente ligado à retirada do professor de pensar o próprio trabalho. Há uma divisão entre quem pensa o ensino e quem efetivamente ensina, ou seja, não mais cabe ao professor pensar o seu trabalho, somente transmitir o conhecimento (APPLE, 1997).

Pode-se considerar, assim como Contreras (2002) e Enguita (1991), que o trabalho docente está inserido atualmente na classe das *semiprofissões*. O processo de trabalho a que está atrelado o trabalhador docente leva-o à proletarização, à perda de autonomia para realizar seu trabalho, pois “um proletário é uma pessoa que se vê obrigada a vender sua força de trabalho - não o resultado de seu trabalho, mas sua capacidade de trabalho” (ENGUITA, 1991).

A proletarização do trabalho docente tem ocorrido aos poucos, de maneira desencontrada os professores estão sendo inseridos dentro de um projeto nada discutido, pouco planejado, imposto como bom para eles e para os alunos. Há um sentimento de confusão, eles próprios se contradizem, ora concordando que a proposta veio para ajudar, ora sentindo-se podados e controlados por metas políticas.

“o processo de dominação e controle sobre o trabalho dos educadores não se dá somente no que se refere ao conteúdo do ensino, mas também sobre a forma de transmissão desse conteúdo” (ENGUIITA, 1991).

A Proposta Curricular apresentada pela SEE-SEP em 2008 e consolidada como currículo oficial no ano de 2009 não deve ser encarada como uma proposta e sim como um pacote Educacional. As metas estabelecidas pelo Governador José Serra, para a melhoria da qualidade da Educação em São Paulo, alinham-se ao modelo neoliberal, cujos elementos seguem o mesmo receituário do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

“O currículo escolar de São Paulo atende às determinações dos organismos internacionais, particularmente do Banco Mundial, a partir do momento que: para cumprir com o conteúdo proposto pela SEE/SP é necessário que os alunos façam uma série de trabalhos escolares em suas casas, já que este conteúdo não terá condições de ser ensinado em sala de aula por falta de tempo hábil; A produção dos livros didáticos – conforme recomenda o Banco Mundial – está nas mãos das grandes editoras; Os professores recebem regularmente capacitações – seja por meio de orientações técnicas ou por meio de vídeo conferências – para a utilização do material didático elaborado e entregue a todos os professores de acordo com a disciplina/série/bimestre” (MARQUES, et al, 2008).

São medidas que correspondem aos programas de controle da qualidade de ensino, traduzidos em maiores taxas nas avaliações educativas, que em última instância devem possibilitar aos alunos as habilidades requeridas pelo mundo do trabalho. Essa nova concepção de gestão exige a profissionalização da equipe escolar, de seus diretores, coordenadores etc., numa clara intenção de garantir a eficiência e a produtividade ao pressupor que é preciso colocar a pessoa certa no lugar certo. No caso dos professores, é preciso responsabilizá-los às coisas do ensino para, assim, garantir níveis de eficiência nas escolas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto da assembleia dos professores da rede oficial de ensino de São Paulo ocorrido em 04 de abril de 2008 na cidade de São Paulo em frente ao Palácio das Bandeiras. Crédito: Ernesto Rodrigues/Agência Estado, 04 de Abril de 2008, São Paulo, São Paulo.

Figura 2 – Jornal do Aluno, São Paulo faz Escola, Proposta Curricular de São Paulo, Edição Especial. Fevereiro de 2008, 5ª e 6ª séries.

Figura 3 – Revista do Professor, 2008. EF II - disciplinas de Inglês (Língua Estrangeira Moderna) e História. São Paulo faz escola, Proposta Curricular.

Figura 4 – DVD com orientações aos professores da rede pública, 2008. São Paulo faz escola, Proposta Curricular.

PERIÓDICOS

Comunicado CENP, 06 de Novembro de 2008.

Diário de S.Paulo, 05 de Abril de 2008.

Diário Oficial - Agência Imprensa Oficial, 05 de Março de 2009.

Folha de S. Paulo, 17 de Março, 2009.

Folha de S Paulo, 18 de Março de 2008.

Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 04 de Janeiro de 2008.

SITES

Blog APEOESP - <www.apeoespsub.org.br/jornal>

CENPEC - <www.cenpec.org.br/modules/news>

Rede do Saber - <www.rededosaber.sp.gov.br/portais/saopaulofazescola>

São Paulo faz Escola - <www.saopaulofazescola.sp.gov.br>

REFERÊNCIA

APPLE, Michael W. 1997. Controlando o trabalho dos professores: classe e gênero. In: APPLE, M. *Os professores e o currículo: abordagens sociológicas*. Lisboa: Educa. p. 65-68.

_____. 1997. *Os Professores e o currículo – Abordagens Sociológicas*. Lisboa: Educa.

AZANHA, José Mário Pires. 1993. Proposta Pedagógica e Autonomia da Escola. *apud Cadernos de História e Filosofia da Educação*. v. 1, n. 1, FEUSP. p. 14.

ENGUITA, Mariano Fernandez. 1991. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarianização. *Teoria e Educação*, n. 4, p. 41-61.

GENTILI, P, SUÁREZ, D. La conflitividade educativa na América Latina. Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais, Campus Virtual, Curso Movimientos sociales, conflicto y políticas educativas em América Latina, Classes 1 e 2. 2004. site <http://www.clacso.edu.ar>

_____. (Org.) *Reforma Educacional e Luta Democrática: um debate sobre a ação na América Latina*. LPP. FLAPE. Editora Cortez. São Paulo, 2006.

GIMENO, Sacristán J. 1996. Escolarização e cultura: a dupla determinação. In: SILVA, Luiz Heron et al. *Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais*. Porto Alegre: Sulina. p.34-58.

_____. 2000. *O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática? Compreender e Transformar o Ensino*. Porto Alegre: Artes Médicas. p. 119-148.

GOUVEIA, A. B. (Org.); FERRAZ, M. (Org.); MELO, Savana Diniz Gomes (Org.). *Dossiê Sindicalismo Docente: Experiências, Limites, Desafios e Perspectivas*. 1. ed. Curitiba: UFPR, 341p. 2013.

HAMILTON, David. 2001. O revivescimento da aprendizagem? *Educ. Soc.* [online]. v. 23, n. 78, pp. 187-198. ISSN 0101-7330.

MARQUES, Daniela. et al. 2008. *Reformas educacionais e a proposta curricular do estado de São Paulo: primeiras aproximações*. HISTEDBR, Seminário.

MACHADO, Cláudia Denardi. 2005. *História do ensino de História: o projeto do centro Paula Souza*. HISTEDBR Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, Campinas: UNICAMP.

SÃO PAULO (estado). Secretaria da Educação. *Proposta curricular do estado de São Paulo I Jornal do Aluno*. Ensino Fundamental II, São Paulo: CENPEC. IMESP. 2008.

_____. Secretaria da Educação. *Proposta curricular do estado de São Paulo I Coord.* Maria Inês Fini. São Paulo: SEE, 2008.

SERRA, José. 2008. *Carta aos professores da Rede Pública*. São Paulo.

_____. 2007. *Estado lança 10 metas para a Educação até 2010*. IMESP. São Paulo.

SOBRE A ORGANIZADORA

MICHÉLLE BARRETO JUSTUS Mestre em educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2015, especialista em Gestão Escolar pelo Instituto Tecnológico de Desenvolvimento Educacional (ITDE) em 2009, pedagoga graduada pela UEPG em 2002 e graduada em Psicologia pela Faculdade Sant'Anna (IESSA) em 2010. Autora do livro “Formação de Professores em Semanas Pedagógicas: A formação continuada entre duas lógicas”. Atua como pedagoga na rede estadual de ensino.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-441-2

